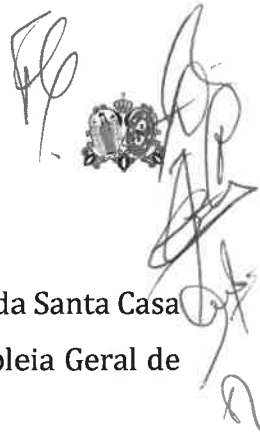




Índice

1. Enquadramento Institucional.....	4
2. Relatório da Atividade.....	7
3. Balanço e Demonstração de Resultados.....	24
Balanço em 31 de Dezembro de 2025.....	24
Demonstração de Resultados de 2025.....	25
4. Anexos ao Balanço e Demonstração de Resultados.....	36
Ativos Fixos Tangíveis.....	43
Financiamentos.....	44
Inventário.....	45
Rédito.....	45
Subsídios, e Apoios do Governo.....	46
Gastos com Pessoal.....	46
Créditos a receber.....	46
5. Fatores Condicionantes do Resultado.....	48
6. Resultados Por Valências / Centros de Custo.....	50
7. Anexo 1 – Certificação Legal das Contas.....	52
8. Anexo 2 – Parecer do Conselho Fiscal.....	55



Introdução

Para cumprimento do disposto no Compromisso da Instituição, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém submete à apreciação e deliberação da Assembleia Geral de Irmãos o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2025.

O presente documento apresenta, de forma sistematizada, as atividades desenvolvidas ao longo do exercício, bem como a análise económico-financeira da Instituição, evidenciando os resultados alcançados e os principais constrangimentos enfrentados, num contexto socioeconómico exigente.

A atuação da Instituição mantém-se orientada pela sua missão de prestação de cuidados sociais e de saúde individualizados, promovendo o bem-estar, a autonomia e a qualidade de vida dos utentes, em articulação com famílias, parceiros e comunidade.

O presente Relatório e Contas sistematiza as ações desenvolvidas pela Mesa Administrativa ao longo do ano de 2025, evidenciando o trabalho realizado, os resultados alcançados e os desafios enfrentados, num contexto social e económico particularmente exigente.

Com este Relatório e Contas, a Mesa Administrativa reafirma o seu compromisso com uma gestão responsável, sustentável e orientada para o cumprimento da missão institucional.



1. Enquadramento Institucional

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém prossegue a sua atividade no respeito pelo seu Compromisso e demais normativos aplicáveis às Instituições Particulares de Solidariedade Social, assegurando uma estrutura organizativa assente em órgãos sociais eleitos para o triénio 2025–2028.

Órgãos Sociais – Triénio 2025–2028

Mesa da Assembleia Geral

- **Presidente:** Jorge Nunes
- **Vice-Presidente:** Maria Joaquina Sobral de Matos
- **Secretário:** António José Alves da Silva e Martins

Mesa Administrativa

- **Provedor:** Fernando José Brites Penedo Pinheiro
- **Vice-Provedor:** António José de Jesus
- **Secretária:** Maria Teresa Lobo de Vasconcelos Corte-Real Maldonado Correia
- **Tesoureiro:** João Carlos Santos Guerreiro
- **Vogal:** José Manuel Sobral Cavalinhos
- **Vogal:** Francisco José Pereira Madeira do Ó
- **Vogal:** Alexandre António Ferreira Pereira de Matos

Conselho Fiscal

- **Presidente:** Rui Afonso de Sousa Rodrigues da Silva
- **Vice-Presidente:** Jorge Manuel Fernandes dos Santos Nunes Raposo
- **Secretário:** José da Fonseca Fernandes

Os Órgãos Sociais assumem o compromisso de exercer as suas funções com rigor, transparência e sentido de responsabilidade, assegurando a boa governação, a sustentabilidade financeira e o cumprimento da missão institucional.

Apresentação da Instituição

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, também designada por Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, foi fundada no ano de 1499. É uma associação pública de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, em harmonia com os princípios da doutrina e moral cristãs.

A sua intervenção desenvolve-se em três grandes áreas de atuação: **Infância, Apoio ao Idoso e Saúde**, através das seguintes respostas sociais e unidades:

Área da Infância

- **Creche Santa Teresinha**
- **Creche/Jardim de Infância do Montinho**
- **Creche/Jardim de Infância “O Ninho”**

Área de Apoio ao Idoso

- **E.R.P.I. Santa Maria e Centro de Dia**
- **E.R.P.I. Residências do Pinhal**
- **Serviço de Apoio ao Domicílio**

Área da Saúde

- **Unidade de Convalescença Conde Bracial**
- **Unidade de Média Duração e Reabilitação Conde Bracial**
- **Unidade de Longa Duração e Manutenção São João de Deus (data de encerramento 31-12-2025)**

Missão

Assegurar cuidados de apoio social e de saúde individualizados ao utente/cliente, de forma equitativa, responsável e determinada, quer em contexto institucional quer no domicílio, com o objetivo de satisfazer as suas necessidades e promover a autonomia, bem como a justiça social, garantindo o seu bem-estar, conforto, qualidade de vida e inclusão na sociedade, envolvendo famílias, profissionais, parceiros e comunidade.



Visão

Ser uma resposta social e de saúde de excelência a nível nacional, na qual as boas práticas e serviços prestados ao utente/cliente transmitam credibilidade e qualidade, afirmando-se como um parceiro que promove a inclusão no apoio aos utentes, famílias, profissionais, parceiros e comunidade.

Valores

- Foco no utente/cliente
- Promoção da autonomia do utente/cliente
- Respeito pela dignidade humana, direitos e deveres
- Ética e sigilo profissional
- Envolvimento e participação
- Justiça social e inclusão
- Rigor e transparência
- Responsabilidade social
- Eficiência na utilização de recursos
- Trabalho de equipa
- Melhoria contínua da qualidade
- Aprendizagem contínua
- Inovação

Políticas Institucionais

A atuação da Instituição orienta-se pelas seguintes políticas estruturantes:

- Política da Qualidade
- Política de Envolvimento dos Colaboradores no Planeamento, no Desenvolvimento do Serviço e na Melhoria da Qualidade
- Política de Ética e Bem-Estar
- Política de Planeamento, Prestação e Avaliação de Serviços
- Política de Recursos Humanos

Estas políticas refletem o compromisso da Instituição com uma gestão responsável, sustentável e orientada para a excelência dos serviços prestados.



2. Relatório de Atividades 2025

2.1 Contenção de Custos

A contenção de custos continuou a ser uma prioridade estratégica da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém ao longo de 2025. Foram implementadas diversas medidas de racionalização da despesa e de otimização de recursos, procurando garantir uma gestão rigorosa e eficiente.

Contudo, o contexto inflacionista verificado ao longo do ano condicionou significativamente os esforços desenvolvidos para manter os custos sob controlo, refletindo-se no aumento generalizado de preços de bens essenciais, serviços e encargos com pessoal.

2.2 Projetos e Candidaturas

Programa PARES 3.0 – ERPI de Santo André

No âmbito do Programa PARES 3.0, teve início, no começo do ano de 2024, a obra de construção da ERPI de Santo André.

A empreitada foi adjudicada à empresa **A.C. Nunes – Sociedade Unipessoal, Lda.**, pelo valor de **5.125.538,43 €** (cinco milhões, cento e vinte e cinco mil, quinhentos e trinta e oito euros e quarenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Na sequência da aprovação da candidatura ao Programa PARES 3.0, foi atribuído um financiamento no montante de **2.413.987,60 €**, representando um apoio fundamental para a concretização deste investimento estruturante.

Este projeto reveste-se de elevada importância estratégica, permitindo reforçar a capacidade de resposta na área do apoio à pessoa idosa, ampliando a oferta de lugares em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) e contribuindo para a melhoria das condições de acolhimento e qualidade de vida dos futuros utentes.



Execução Financeira da Empreitada

ERPI de Santo André

No âmbito da empreitada adjudicada pelo montante de **5.125.538,43 €**, apresenta-se o ponto de situação financeiro atualizado a 31 de dezembro de 2025:

- **Valor faturado de acordo com o orçamento:** 3.026.003,36 €
- **Percentagem de execução financeira:** 59,04%

Trabalhos a Mais

No decurso da execução da obra, verificou-se a necessidade de realização de trabalhos complementares, distribuídos da seguinte forma:

- **Trabalhos a mais:** 400.439,59 €

O montante global executado, incluindo trabalhos a mais, ascende a **3.426.442,95 €**.

A percentagem de **trabalhos a mais** representa **11,69%** do valor inicialmente adjudicado.

A obra apresenta um nível de execução de 59,04%, mantendo-se o acompanhamento rigoroso da evolução física e financeira da empreitada.

Os trabalhos a mais resultam de ajustamentos técnicos e necessidades identificadas no decurso da construção, sendo objeto de controlo e validação, de forma a assegurar o equilíbrio financeiro do projeto e a qualidade final da infraestrutura.

Financiamento da Empreitada

ERPI de Santo André

Para assegurar a execução do investimento, a Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém recorreu a diversas fontes de financiamento, nomeadamente donativos, empréstimos bancários e participações institucionais.



Donativos

- 218.000,00 €
- 100.000,00€

Total de donativos: 318.000,00 €

Empréstimos

- **Empréstimo CCAM:** (2.000.000,00€) valor utilizado, até final de 2025: 1.113.000,00 €
- **Empréstimo Montepio:** 250.000,00 €

Comparticipação do ISS

(Valor total aprovado: 2.413.987,60 €)

Valores recebidos:

- 579.357,00 €
- 352.296,58 €
- 236.353,14 €
- 86.877,29 €
- 214.666,07 €

Total recebido do ISS até final de 2025: 1.469.550,08 €

Comparticipação CMSC

(Valor total previsto: 500.000,00 €)

Valores recebidos:

- 146.327,04 €
- 13.369,55 €
- 109.316,21 €

Total recebido da CMSC: 269.012,80 €



O financiamento da empreitada assenta numa combinação equilibrada de capitais próprios (donativos), financiamento bancário e participações públicas, permitindo assegurar a continuidade da obra e mitigar o esforço financeiro direto da Instituição.

A gestão destes fluxos financeiros tem sido acompanhada com rigor, garantindo a adequada aplicação das verbas recebidas e o cumprimento das obrigações assumidas no âmbito das candidaturas aprovadas.

Adaptação da Antiga Casa do Povo

A adaptação da antiga Casa do Povo, destinada à instalação dos Serviços Administrativos e do Serviço de Apoio Domiciliário, encontra-se atualmente em execução.

Esta obra é financiada no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), através do projeto PRR-RE-C03-i01-11-000056, tendo sido adjudicada à empresa Vínculo Original, pelo valor de 149.976,40 €, acrescido de IVA.

Até ao final de 2025, foi já efetuado o pagamento do primeiro auto de medição, no valor de 13.092,37 €.

2.3 Exploração Agrícola

Eucaliptos

- **Corte (2025):** 3.478,5 toneladas
- **Local:** Herdade do Coelho
- **Rendimento da venda:** 104.861,25€

Comparativamente com o ano anterior, em 2025 o corte de eucaliptos teve uma variação negativa de 2.280,52Ton.



2.4 Apoio Social

2.4.1 Cantina Social

A **Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém** disponibiliza à população da União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, em parceria com a **Segurança Social**, a resposta social **Cantina Social** desde o ano de 2012.

Esta resposta enquadra-se no âmbito do **Programa de Emergência Alimentar**, tendo como principal objetivo assegurar refeições diárias aos utentes, nomeadamente almoço e/ou jantar. As refeições destinam-se preferencialmente ao consumo externo, podendo também ser fornecidas ao domicílio sempre que os beneficiários não reúnam condições de saúde para se deslocar ao local de entrega das mesmas.

Os destinatários desta resposta são indivíduos ou famílias em situação comprovada de carência económica e que não disponham de condições adequadas para a confeção das suas refeições no domicílio.

Trata-se de uma resposta social apoiada pela **Segurança Social**, que no ano de atualmente participava cada refeição no valor de **3,75 €**.

No ano de 2025 foram apoiados os beneficiários e distribuídos cabazes, conforme se apresenta:

No ano de 2025, foi prestado apoio aos beneficiários da Cantina Social, através da distribuição de refeições confeccionadas na Cozinha Conde Bracial, conforme se apresenta no quadro abaixo:

Nº de beneficiários	Nº de refeições diárias	Total refeições servidas ano 2025
6	9	3285

Os utentes são encaminhados pelas equipas técnicas do Serviço de Ação Social da Câmara Municipal, apresentando comprovada situação de carência económica devidamente comprovada.



2.4.2 Combate à Privação Material- Distribuição Direta de Cabazes Alimentares

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém é desde 01.03.2025 a coordenadora do Programa Temático Demografia, Qualificação e Inclusão- PESSOAS 2030- Distribuição direta de géneros alimentares ou de bens de primeira necessidade e medidas de acompanhamento.

O PAC é o Programa de Apoio Complementar à Execução do POAPMC- 2ª fase

Abrange 528 destinatários no território Santiago/Sines e tem como Mediadoras as seguintes entidades:

- Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém- 88 destinatários;
- Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Ermidas Sado – AADIES-18 destinatários;
- Casa do Povo de Cercal do Alentejo- 28 destinatários;
- Casa do Povo de Alvalade- 14 destinatários;
- Casa do Povo de São Domingos- 20 destinatários;
- Paróquia de Santa Maria através da Cáritas Paroquial de Santa Maria- 170 destinatários;
- Cáritas Paroquial de Sines- 190 destinatários.

Durante o ano de 2025, a entidade mediadora da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém apoiou:

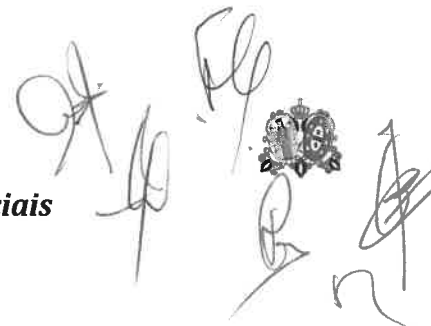
Nº de beneficiários Apoiados	Nº de agregados	Nº cabazes Distribuídos
52	23	232

No âmbito do programa foram realizadas as seguintes ações de acompanhamento:

- Capacitação Familiar sobre Gestão de Recursos Alimentares- 16.12.2025

O Programa Operacional foi alvo de prorrogação, tendo sido alargado até 31 de dezembro de 2027.

2.4.3 Combate à Privação Material- Distribuição Indireta – Cartões Sociais



A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém é ainda a coordenadora do Programa Temático Demografia, Qualificação e Inclusão- Distribuição indireta de géneros alimentares ou de bens de primeira necessidade.

É uma parceria com a Segurança Social no âmbito do PESSOAS 2030, que tem como objetivo a distribuição indireta de géneros alimentares e ou bens de primeira necessidade, através da atribuição de cartões eletrónicos para a sua aquisição nos estabelecimentos aderentes a pessoas mais carenciadas, no território Santiago/Sines, bem como o desenvolvimento de medidas de acompanhamento com vista à inclusão social.

O Programa abrange 198 destinatários no território Santiago/Sines e tem como Mediadoras as seguintes entidades:

- Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém- 47 destinatários;
- Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Ermidas Sado – AADIES-7 destinatários;
- Casa do Povo de Cercal do Alentejo- 3 destinatários;
- Casa do Povo de Alvalade- 3 destinatários;
- Casa do Povo de São Domingos- 3 destinatários;
- Paróquia de Santa Maria através da Cáritas Paroquial de Santa Maria- 64 destinatários;
- Cáritas Paroquial de Sines- 71 destinatários.

Durante o ano de 2025, a entidade mediadora da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém apoiou:

Nº de beneficiários Apoiados	Nº de agregados	Nº cartões atribuídos
67	18	18

No âmbito do programa foram realizadas as seguintes ações de acompanhamento:

- Regras de Utilização dos cartões sociais
- Seleção de Géneros Alimentares- O que comprar com os cartões

O Programa Operacional foi alvo de prorrogação, tendo sido alargado até 31 de dezembro de 2027.



2.4.4 Programa Abem – Rede Solidária do Medicamento

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém é entidade parceira, em regime de cooperação com a Fundação Caixa Agrícola Costa Azul e a Dignitude, na implementação do Programa abem: Rede Solidária do Medicamento.

Este programa teve início no ano de 2019 e tem como objetivo apoiar pessoas em situação comprovada de carência económica, garantindo o acesso a medicamentos essenciais. No concelho de Santiago do Cacém, já beneficiaram desta medida um total de 77 beneficiários desde o início da sua implementação.

A atribuição do cartão do programa permite aos beneficiários aceder a medicamentos em qualquer farmácia aderente, possibilitando a aquisição gratuita de medicamentos sujeitos a receita médica e comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde.

Atualmente, o programa conta com 21 beneficiários ativos no concelho.

2.4.5 Programa ENTRAJUDA- Galp Energia

Campanha GALP Energia Solidária

A Galp Energia promove o programa Galp Energia Solidária, que tem como objetivo apoiar famílias e instituições através da oferta gratuita de gás engarrafado. Esta iniciativa visa contribuir para a redução dos efeitos da pobreza energética, proporcionando maior conforto às famílias portuguesas em situação de maior vulnerabilidade económica.

O funcionamento do programa concretiza-se através do envio de vouchers pela Galp Energia, os quais são posteriormente disponibilizados pela Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém às famílias beneficiárias. Após levantamento do voucher na instituição, os beneficiários podem dirigir-se a um posto aderente da Galp, onde efetuam a troca do mesmo por uma garrafa de gás.

No âmbito desta parceria, a Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, durante o ano de 2025, procedeu à entrega de 51 garrafas de gás a famílias em situação de carência económica.

Os beneficiários desta medida são, maioritariamente, utentes do Serviço de Apoio Domiciliário, beneficiários do Programa abem: Rede Solidária do Medicamento, utentes da Cantina Social e beneficiários do Programa Privação Material.

Campanha “Todos os Passos contam” - Distribuição de Cabazes de Natal

No âmbito da campanha Todos os Passos Contam, promovida pela Galp Energia, foram distribuídos cabazes alimentares por diversas instituições do concelho, com o objetivo de apoiar famílias em situação de vulnerabilidade económica durante a época natalícia.

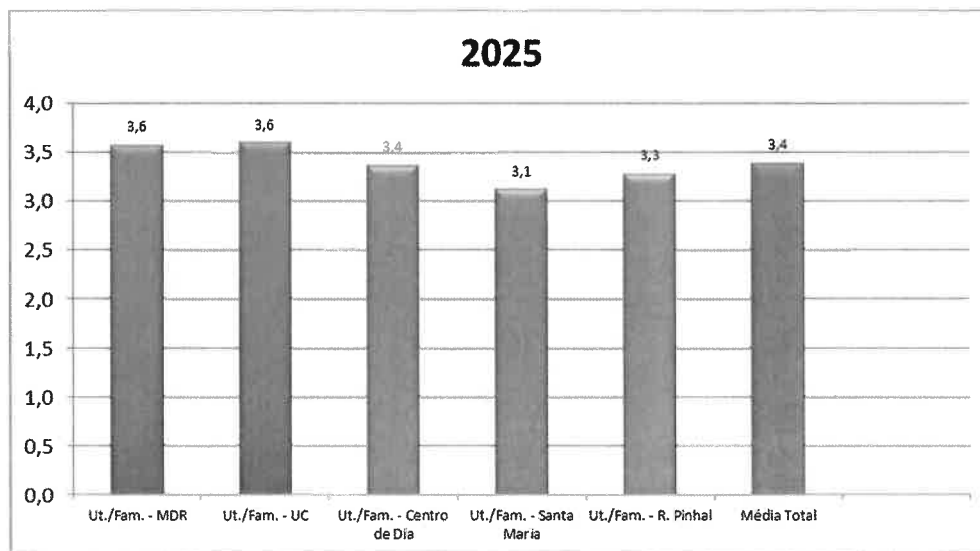
Os cabazes incluíam diversos bens alimentares, nomeadamente bacalhau, chouriço, arroz, leite, azeite, óleo, açúcar, massa, bombons, bolachas e compota.

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, enquanto entidade parceira da iniciativa, procedeu à distribuição de 60 cabazes de Natal pelos beneficiários integrados nas suas diferentes respostas sociais e programas de apoio.

2.4.6 Avaliação da Satisfação dos Serviços

Satisfação dos utentes e famílias

De forma a melhorar a os serviços prestados aos utentes, famílias e demais partes interessadas, a instituição procura avaliar a satisfação das pessoas servidas.

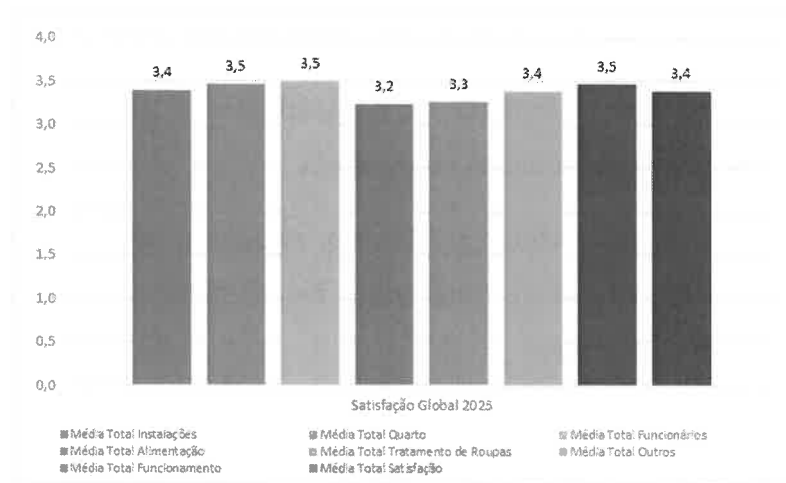




Conforme representação gráfica, e analisando os níveis de satisfação das UCCI, constatamos que em ambas as unidades (UC e MDR) a avaliação é de muito satisfeitos (3,6). É relevante ainda salientar que tanto as famílias e os utentes apresentam grande homogeneidade na sua avaliação.

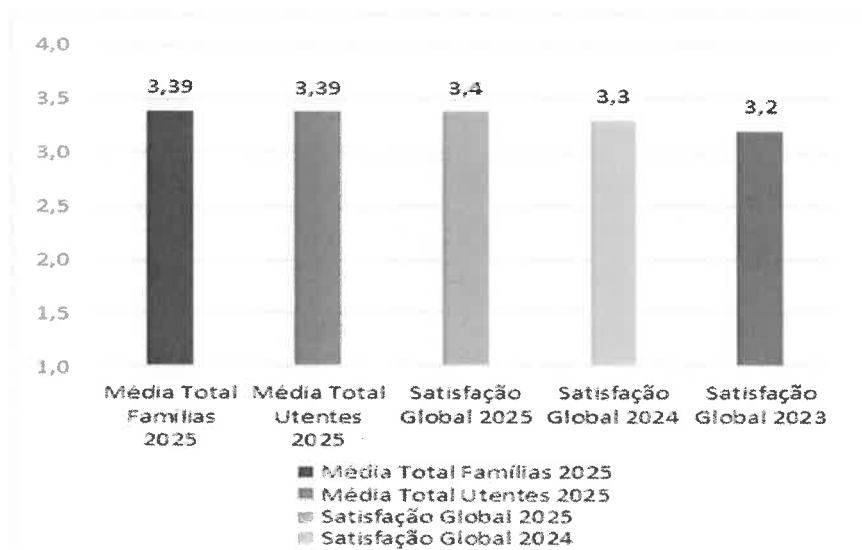
Nas Respostas Sociais para Idosos, os níveis de satisfação mais baixos observam-se na ERPI Santa Maria, com um índice de 3,1 (satisfeito), enquanto a ERPI Residências do Pinhal expõe um índice de satisfação de 3.3 (satisfeito) e o Serviço de Apoio Domiciliário de 3.4 (satisfeito).

Os índices médios gerais de satisfação são de 3.4, e correspondem a satisfeito.



Procedendo à avaliação da satisfação dos serviços por item, inferimos que os itens alimentação e tratamento de roupas apresentam uma classificação mais baixa, com um índice de 3.2 (satisfeito) e 3,3 (satisfeito) respetivamente. O item instalações e outros partilham a avaliação de 3,4 (satisfeito). A avaliação de muito bom surge ao nível da avaliação dos funcionários e do funcionamento das várias respostas, ambas com uma avaliação de 3,5.

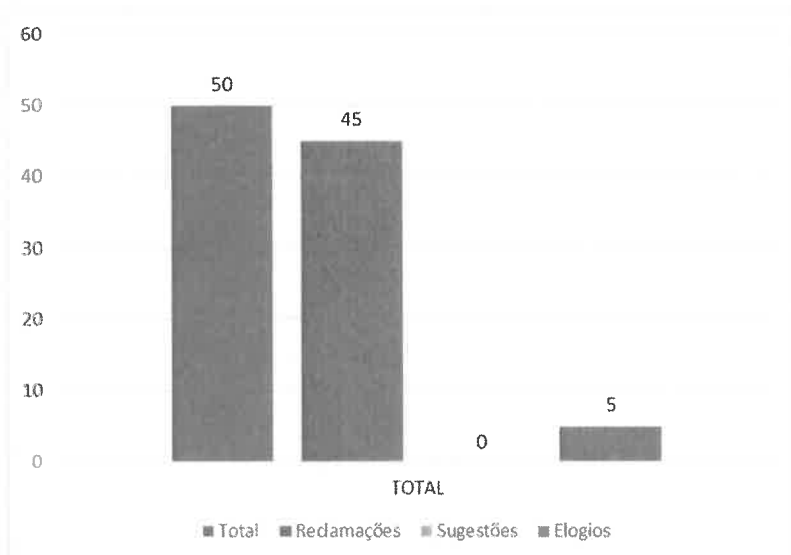
No geral, a média de satisfação dos serviços é de 3.4, que corresponde a uma avaliação de satisfeito.



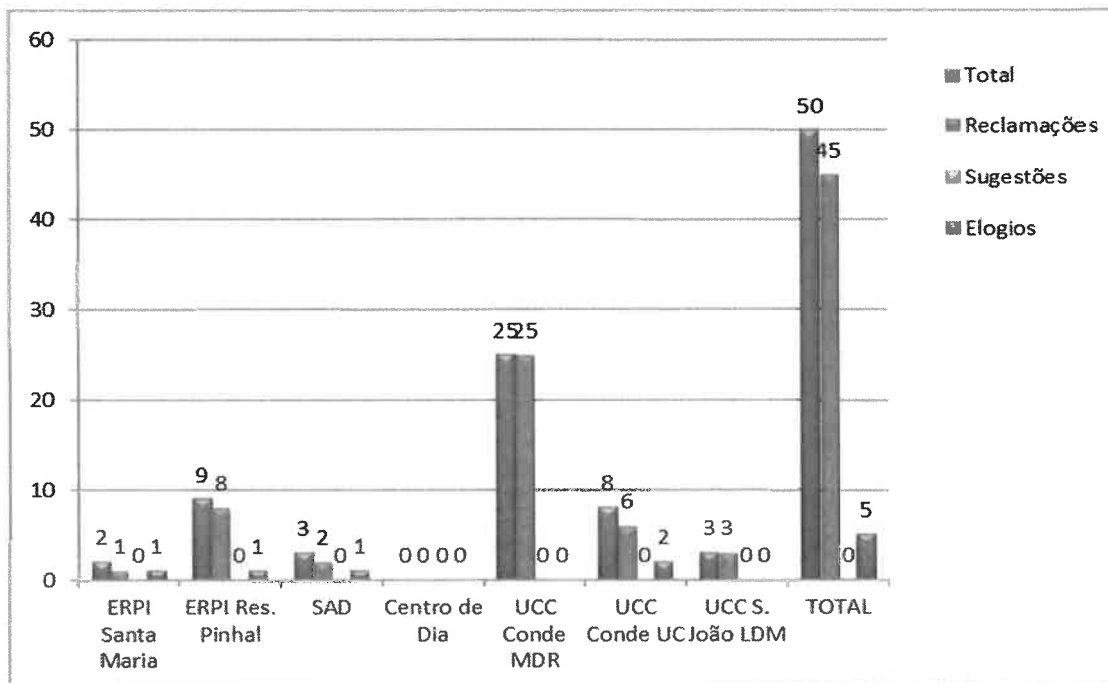
Analisando o gráfico e realizando uma análise cronológica e evolutiva, constatamos que a satisfação dos utentes e suas famílias em 2025 foi de 3,4 (satisfeito), apresentando uma evolução positiva face aos anos de 2014 (3,3) e 2023 (3,2).

Análise sugestões/reclamações e elogios

Para além dos níveis de satisfação, a instituição também procura avaliar melhoria contínua dos serviços fazendo o levantamento e tratamento das reclamações, sugestões e elogios.



No ano de 2025 a instituição recolheu das diversas respostas sociais/saúde 45 reclamações, 0 sugestão e 5 elogios.



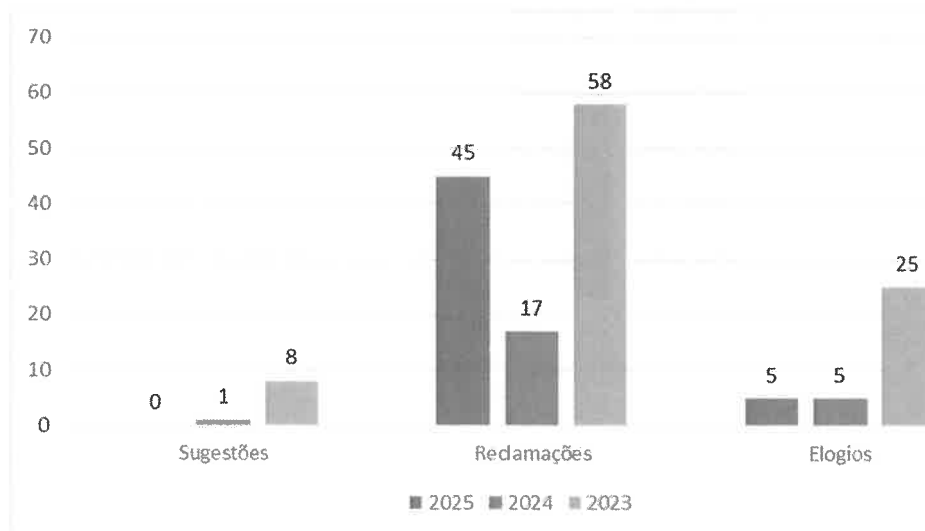


Fazendo a análise por resposta social, verifica-se que a ERPI Santa Maria recolheu 1 reclamações, a ERPI Residências do Pinhal 8 reclamações, o serviço de Apoio Domiciliário 2 Reclamações e a Resposta Centro de Dia 0 reclamações.

Nas unidades de cuidados continuados, a Unidade de Convalescença registou 6 reclamações, a Unidade de Média Duração e Reabilitação 25 reclamação e a Unidade de Longa Duração e Manutenção S. João de Deus 3 reclamações.

Em relação a sugestões não foi possível registar nenhuma.

Relativamente a elogios recebemos 1 elogio da ERPI santa Maria, 1 elogio da ERPI Residências do Pinhal, 1 elogios do Serviço de Apoio Domiciliário e 2 elogios da Unidade de Convalescença do Conde do Bracial.



Fazendo uma análise cronológica e evolutiva, constatamos que no ano (2023), em que esteve em vigor o sistema de certificação da qualidade, o registo efetivo das reclamações /sugestões/ elogios foi muito superior.

Este facto mostra uma evidente diminuição dos níveis de participação, quer por utentes e famílias, quer por parte dos colaboradores. Embora no ano de 2025 seja notória algum equilíbrio ao nível do nº de reclamações.

2.5 Recursos Humanos

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém enfrenta desafios significativos no recrutamento e seleção de recursos humanos, refletindo uma realidade comum a muitas instituições do sector social e da saúde. A crescente escassez de profissionais qualificados, aliada à concorrência de outras

[Handwritten signatures and stamps]

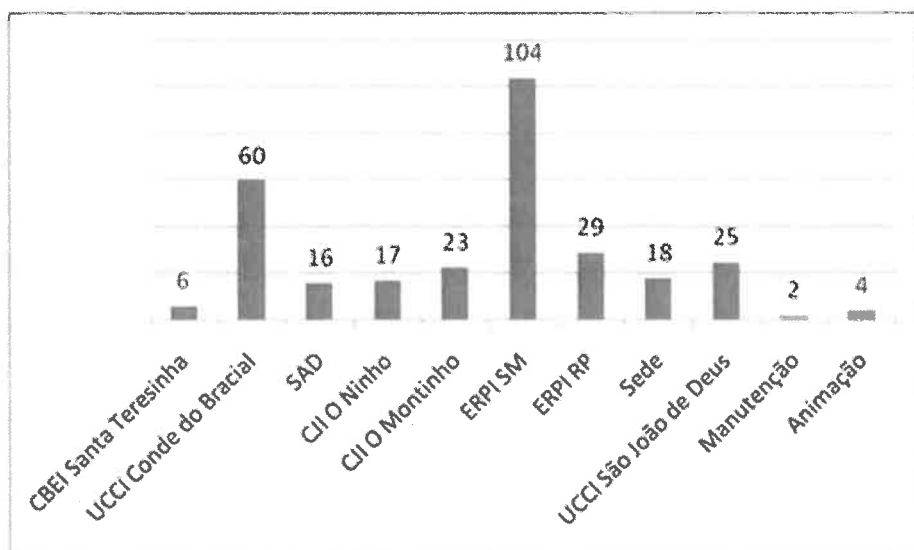
entidades e ao contexto demográfico do país, tem dificultado a atracção e retenção de talentos essenciais para o funcionamento da instituição.

Além disso, a localização geográfica pode representar um entrave adicional, uma vez que a mobilidade dos profissionais qualificados para zonas menos urbanas é frequentemente reduzida. A exigência de horários flexíveis e a natureza exigente das funções desempenhadas são factores que, por vezes, desmotivam os candidatos a integrarem o sector social.

Para enfrentar estas dificuldades, torna-se essencial apostar em estratégias inovadoras de recrutamento, como parcerias com instituições de ensino, programas de estágios e formação contínua, como tem vindo a acontecer há uns anos a esta parte, nomeadamente com o IP Beja, na área da enfermagem, Escola do Saber, na área da Educação, a Escola Secundária Poeta Alberto de Sines, na área dos Técnicos Auxiliares de Saúde, bem como o IEFP e outras entidades que se mostrem interessadas. Adicionalmente, a valorização dos colaboradores através de incentivos não monetários, como o acréscimo de dias de férias de acordo com a antiguidade, o gozo de meio dia no dia de aniversário, a disponibilização de descontos com a aquisição de serviços em Santiago do Cacém, em entidades que têm protocolos com a Instituição, como por exemplo Farmácias, Clínicas, Ginásio, etc, a disponibilização de médico para os colaboradores e um ambiente de trabalho positivo, têm sido estratégias adotadas pela Instituição no sentido de reverter a dificuldade de atracção e retenção de talentos.

Durante o ano 2025 a SCMSC, teve em média 319 trabalhadores vinculados.

Distribuição dos colaboradores por Estabelecimentos

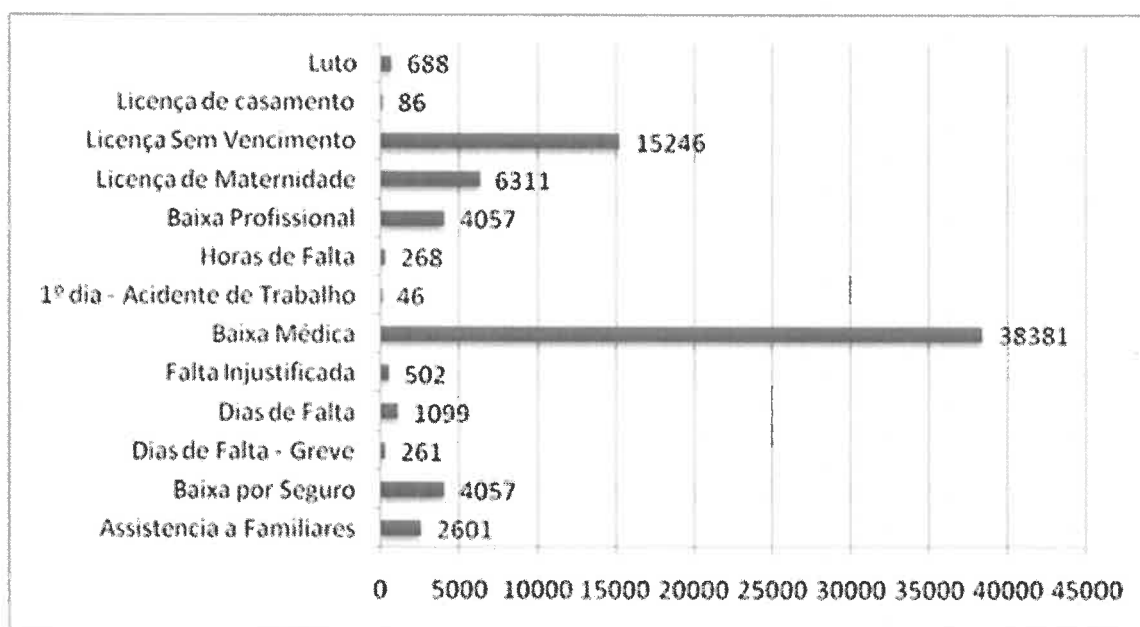




Conforme referido anteriormente, e à semelhança de anos anteriores, continua-se a verificar uma acentuada dificuldade de recrutamento e retenção de pessoal, o que nos permitiu ter uma média de trabalhadores de 319 pessoas vinculadas.

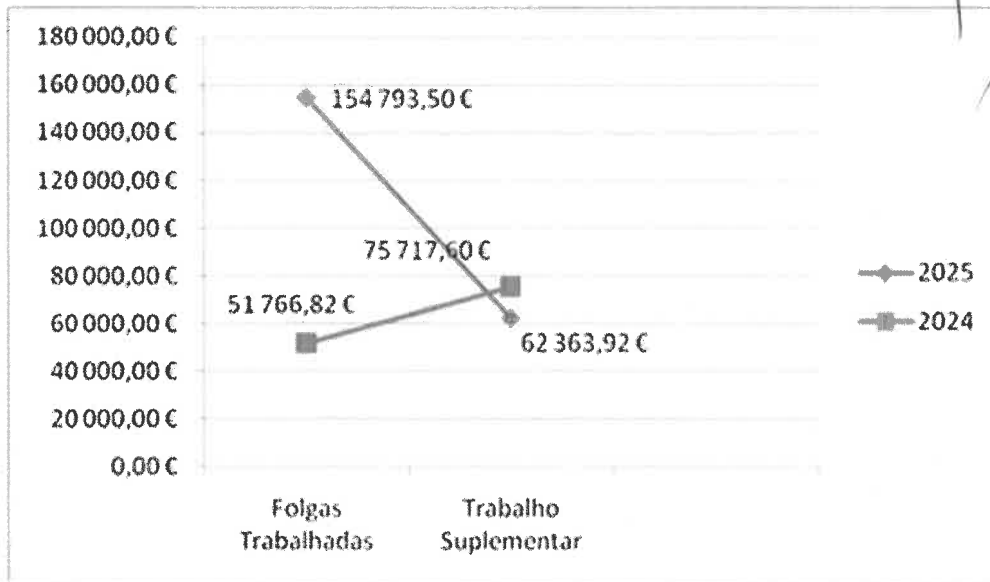
Denota-se também um vincado nível de absentismo, conforme se pode observar no gráfico abaixo, nomeadamente alguns tipos de falta como a Baixa Médica, a qual assume um peso bastante significativo no quadro de absentismo da Instituição, bem como a Licença sem vencimento, que embora tenha diminuído, comparativamente com o ano de 2024, ainda representou uma fatia substancial no mapa de ausências, seguida ainda pela Licença de maternidade, pela Baixa Profissional e pela Baixa de Seguro, os quais demonstraram uma descida do número de horas perdidas ao longo do ano.

Absentismo (Horas de Trabalho Perdidas)



Os aspetos mencionados, em simultâneo com a grande percentagem de rotatividade de pessoal, levaram a um acréscimo de encargos, tal como no ano de 2024, nomeadamente, ao pagamento de trabalho suplementar (folgas trabalhadas e horas extra) de acordo com os dados constantes no gráfico abaixo.

[Handwritten signatures and stamps]



Como forma de reconhecimento pelos colaboradores que são assíduos e apresentam um bom desempenho profissional, a Mesa Administrativa atribuiu um prémio com base nestes critérios, tendo despendido ao longo do ano de 2025 com esta rúbrica o valor de 3.740,00€, registando-se assim um valor homólogo ao de 2024, não tendo sido significativa a diferença entre os dois anos em análise.



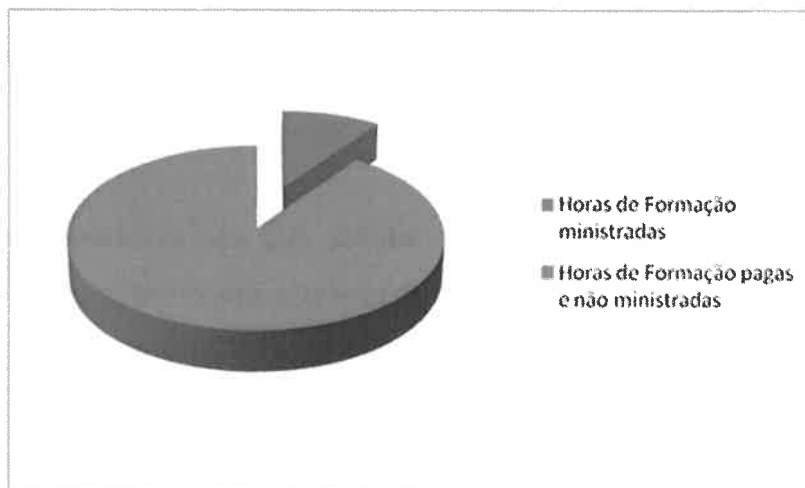
2.6.1 Formação Não Financiada

A instituição, à semelhança de outros anos, adquiriu o pacote de formação da F3M, que inclui formação para as áreas da contabilidade e fiscalidade, administrativa, recursos humanos, gestão e administração, área social e infância. No ano de 2025 as formações realizaram-se maioritariamente online e tiveram o custo de 576,00€.

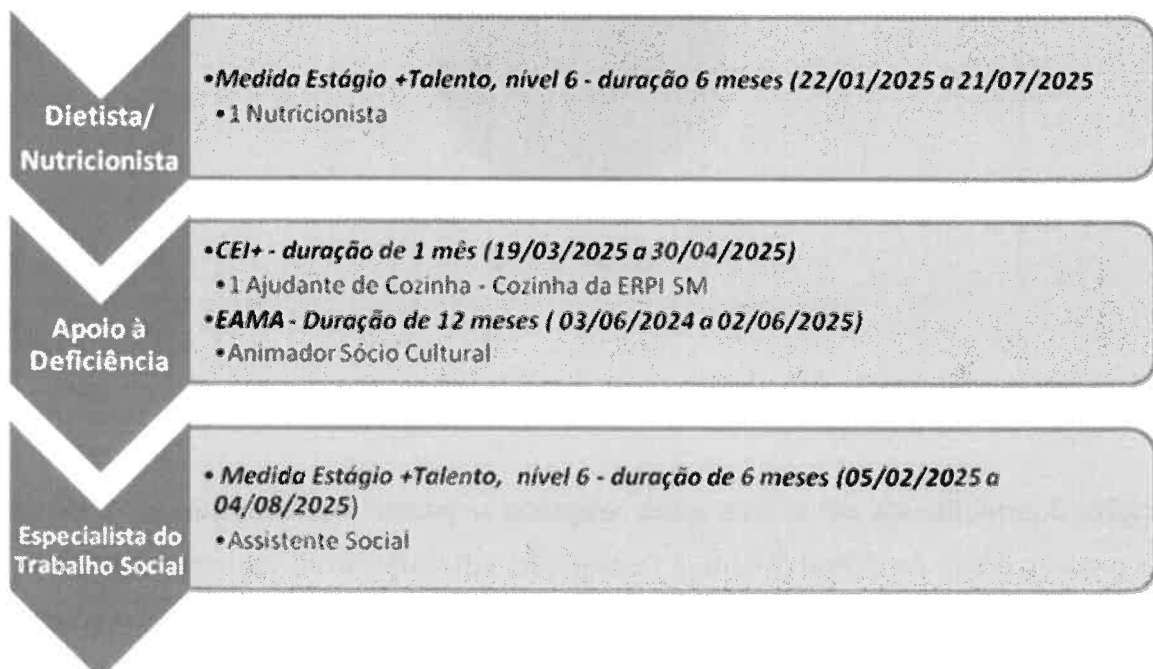


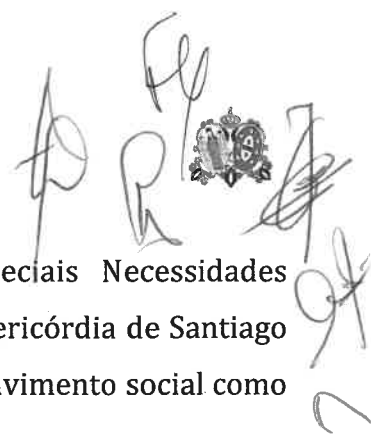
No que concerne à formação, a situação existente em 2025, foi em tudo semelhante à de 2024, pois embora exista o incentivo do pagamento de horas de formação frequentada fora do horário de trabalho, o nível de aderência dos colaboradores da SCMSC à formação externa ou interna é muito baixo, expectando-se que apenas 30% dos colaboradores aceitam frequentar a formação que é disponibilizada, conforme é possível verificar pela análise do gráfico abaixo.

Horas de Formação 2025



2.6.2 Projetos com o IEFP



Handwritten initials 'A', 'R', 'F', 'J' and a logo of the Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém.

A presença de projetos de estágio CEI+ e EAMA (Cidadãos com Especiais Necessidades Intelectuais/Físicas) ou estágios profissionais + Talento na Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém é de extrema importância para a comunidade local e para o desenvolvimento social como um todo.

Além disso, a presença desses estágios na Santa Casa da Misericórdia demonstra um compromisso claro com os princípios de responsabilidade social e cidadania corporativa. Ao abrir as suas portas para estagiários CEI+ e EAMA a instituição não presta apenas um serviço valioso à comunidade, mas também inspira outras organizações a seguirem o seu exemplo e a promoverem a inclusão nos seus próprios ambientes de trabalho. Em 2025, o montante gasto com as Bolsas dos estagiários foi de 12.061,79€ sendo que 80% ou 70% no caso do EAMA deste valor é efetivamente participado pelo IEFP.

De Salientar que durante o ano de 2025 resultou da parceria entre a Instituição e o IEFP um valor de 34,354.95€, no âmbito de todos os projetos em curso.

Ainda no decorrer no ano de 2024, foi estabelecido o protocolo com a Pr1me Business Consulting, no sentido de desenvolver/oferecer formação certificada aos colaboradores da SCMSC através da medida Cheque Formação, promovida pelo IEFP, a qual transitou para 2025 e para 2026. A Medida Cheque Formação permite que os profissionais da instituição adquiram ou atualizem competências em diversas áreas, tendo sido planeadas formações de “Curso de Demência - Desafios no Terceiro Sector”; “Curso de Primeiros Socorros” e “Curso de Medidas de Primeiros Socorros com Crianças e Jovens”.

Esta medida possibilita um aumento da eficiência operacional, bem como uma melhoria significativa na qualidade dos serviços prestados aos utentes, contribuindo para a dignidade e bem-estar dos mais vulneráveis.

A implementação da medida Cheque Formação na Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém reflete, assim, uma estratégia inteligente de desenvolvimento organizacional, que alia a melhoria da prestação de serviços ao fortalecimento das competências dos seus profissionais. Esta iniciativa demonstra o compromisso da instituição com a inovação, a excelência e a responsabilidade social, garantindo um impacto positivo na comunidade que serve.

A Mesa Administrativa

Handwritten signature.



3 – Balanço e Demonstração de Resultados

Balanço a 31 dezembro 2025

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIO	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5	11 001 481,85 €	9 014 690,02 €
Investimentos financeiros		49 596,83 €	49 596,83 €
		11 051 078,68 €	9 064 286,85 €
Ativo corrente:			
Inventário	9	47 834,43 €	50 551,25 €
Créditos a receber	15	695 984,27 €	730 289,73 €
Estado e outros entes públicos		128,02 €	26 362,20 €
Diferimentos		74 553,39 €	84 235,71 €
Outros activos correntes		102 277,38 €	102 277,38 €
Caixa e depósitos bancários		85 625,34 €	465 649,15 €
		1 006 402,83 €	1 459 365,42 €
TOTAL DO ATIVO		12 057 481,51 €	10 523 652,27 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		195 082,58 €	195 082,58 €
Resultados transitados		3 578 812,85 €	3 480 372,52 €
Ajustamentos / Outras Variações nos fundos patrimoniais	5	4 318 086,10 €	3 751 136,43 €
		8 091 981,53 €	7 426 591,53 €
Resultado líquido do período		464 500,72 €	98 440,33 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		8 556 482,25 €	7 525 031,86 €
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	7/8	1 309 501,73 €	649 132,09 €
		1 309 501,73 €	649 132,09 €
Passivo corrente:			
Fornecedores		189 159,99 €	200 263,70 €
Estado e outros entes públicos		314 918,99 €	274 703,91 €
Financiamentos obtidos	7/8	475 795,80 €	821 979,03 €
Diferimentos		15 931,06 €	2 226,29 €
Outros passivos correntes	16	1 195 691,69 €	1 050 315,39 €
		2 191 497,53 €	2 349 488,32 €
TOTAL DO PASSIVO		3 500 999,26 €	2 998 620,41 €
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		12 057 481,51 €	10 523 652,27 €

Valores expressos em euros.



Demonstração de Resultados por Natureza a 31 dezembro 2025

Rendimentos e Gastos	NOTAS	Períodos	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	10	6 192 443,47 €	5 814 148,68 €
Subsídios, doações e legados à exploração	12	2 780 222,08 €	2 571 402,64 €
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	-1 253 956,07 €	-1 272 294,64 €
Fornecimentos e serviços externos		-758 660,83 €	-791 992,90 €
Gastos com o pessoal	14	-6 471 285,07 €	-6 102 932,86 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		-18 604,13 €	-9 793,81 €
Outros rendimentos e ganhos	5	415 720,55 €	291 983,12 €
Outros gastos e perdas		-28 406,48 €	-36 367,97 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		857 473,52 €	464 152,26 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-333 761,18 €	-327 537,08 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		523 712,34 €	136 615,18 €
Juros e rendimentos similares obtidos		1 137,58 €	1 686,08 €
Juros e gastos similares suportados		-60 349,20 €	-39 860,93 €
Resultado antes de impostos		464 500,72 €	98 440,33 €
Impostos sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		464 500,72 €	98 440,33 €

Valores expressos em euros.

No exercício de 2025, a Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém registou uma evolução positiva da sua atividade económica e financeira.

Os rendimentos totais ascenderam a 9.388.386,10 €, refletindo um crescimento face ao exercício anterior, sustentado sobretudo pelo aumento das vendas e serviços prestados e das participações à exploração.

A estrutura de rendimentos evidencia uma forte predominância da atividade operacional, sendo complementada por subsídios e outros rendimentos, essenciais ao equilíbrio financeiro da Instituição.

Os gastos totais atingiram 8.906.418,83 €, mantendo os gastos com o pessoal como a principal componente da estrutura de custos, o que reflete a natureza intensiva em recursos humanos das respostas sociais e de saúde desenvolvidas.

Apesar do aumento dos encargos com pessoal, verificou-se um esforço de contenção e racionalização em diversas rubricas operacionais, nomeadamente nos fornecimentos e serviços externos e nos consumos.

As depreciações e amortizações refletem o desgaste dos ativos, enquanto os encargos financeiros se mantêm controlados, não comprometendo o equilíbrio global.

Em resultado, a Instituição apurou um resultado líquido positivo de 464.500,72 €, evidenciando um reforço da sustentabilidade económico-financeira e da capacidade de continuidade da sua missão.



Face ao exposto, a Mesa Administrativa considera que o exercício de 2025 foi globalmente positivo, tendo sido possível consolidar a atividade da Instituição, reforçar a sua sustentabilidade financeira e manter a qualidade dos serviços prestados.

Não obstante os desafios associados ao contexto económico e à pressão sobre os custos, a Instituição demonstrou capacidade de adaptação, mantendo o seu compromisso com a missão social e com a melhoria contínua dos seus serviços.

A Mesa Administrativa

Detalhe variação rendimentos 2025-2024



No exercício de 2025, as vendas e prestações de serviços totalizaram 6.192.443,47€, face a 5.814.182,53€ registados em 2024, correspondendo a um crescimento de 6,51% (+378.260,94 euros).

	2025	2024	Variação Valor 2024/2025	VARIAÇÃO % 2024/2025
Vendas e Prestações de serviços	6 192 443,47 €	5 814 182,53 €	378 260,94 €	6,51%
Quotas dos utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes	2 892 767,51 €	2 864 187,32 €	28 580,19 €	1,00%
Infância e Juventude	256 790,07 €	285 795,37 €	-29 005,30 €	-10,15%
Creches	738,98 €	57 119,28 €	-56 380,30 €	-98,71%
Educação Pré-Escolar	248 031,09 €	221 556,09 €	26 475,00 €	11,95%
Seguro Escolar	1 290,00 €	1 135,00 €	155,00 €	13,66%
Matriculas/Inscrições Ed. Pré-Escolar	6 730,00 €	5 985,00 €	745,00 €	12,45%
Invalidez e Reabilitacao	304 685,85 €	319 392,90 €	-14 707,05 €	-4,60%
UCCI Media Duração e Reabilitação	131 840,17 €	132 569,18 €	-729,01 €	-0,55%
UCCI Longa Duração e Manutenção	172 845,68 €	186 823,72 €	-13 978,04 €	-7,48%
Terceira Idade	2 331 291,59 €	2 258 999,05 €	72 292,54 €	3,20%
Lares	1 104 159,39 €	976 213,46 €	127 945,93 €	13,11%
Centros de Dia	20 761,63 €	20 226,81 €	534,82 €	2,64%
Apoio Domiciliario	234 694,86 €	228 316,53 €	6 378,33 €	2,79%
Unidade de Saúde	5 005,00 €	114 490,00 €	-109 485,00 €	-95,63%
Residencias para Pessoas Idosas	564 944,22 €	531 570,35 €	33 373,87 €	6,28%
Comparticipação de Familiares	401 183,07 €	387 440,54 €	13 742,53 €	3,55%
24HConsigo	543,42 €	741,36 €	-197,94 €	-26,70%
Serviços secundários	106 637,60 €	92 580,95 €	14 056,65 €	15,18%
Fornecimento de Refeições	682,40 €	387,58 €	294,82 €	76,07%
Serviços Secundários - Saúde e Bem Estar	105 955,20 €	92 118,37 €	13 836,83 €	15,02%
ISS, IP - Centro Distrital	3 065 143,36 €	2 604 815,70 €	0,00 €	
Creches	820 841,89 €	506 805,50 €	314 036,39 €	61,96%
Jardins de Infância	231 740,66 €	189 973,25 €	41 767,41 €	21,99%
Comp. Familiar (Gratuidade)	99 188,84 €	231 298,47 €	-132 109,63 €	-57,12%
Lares	1 450 886,92 €	1 293 808,40 €	157 078,52 €	12,14%
Centro de dia	10 678,77 €	7 169,59 €	3 509,18 €	48,95%
Apoio Domiciliario	369 741,71 €	356 970,69 €	12 771,02 €	4%
Comp. Demência	58 955,72 €	18 789,80 €	40165,92	214%
Comp. Baixa Densidade	23 108,85 €	0,00 €	0,00 €	

As matrículas e mensalidades apresentaram uma evolução global estável, atingindo 2.892.767,51€, o que representa um aumento de 1,00% relativamente ao exercício anterior.



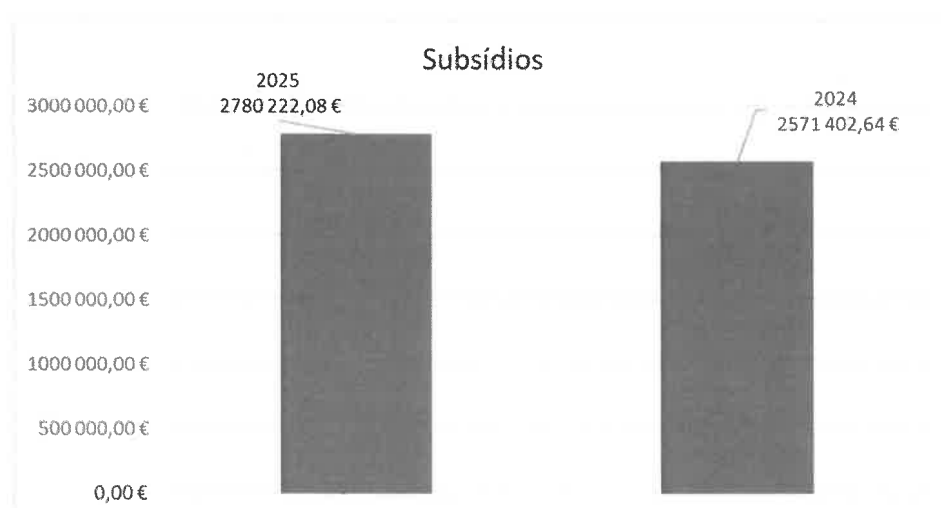
Por áreas de intervenção, a valência de Infância e Juventude registou uma redução de 10,15%, influenciada sobretudo pela diminuição das receitas associadas à creche, parcialmente compensada pelo crescimento verificado na Educação Pré-Escolar e nas respetivas matrículas e seguros escolares. Na área de Invalidez e Reabilitação verificou-se uma ligeira redução de 4,60%, decorrente essencialmente da diminuição da atividade na unidade de longa duração.

A área da Terceira Idade evidenciou um crescimento global de 3,20%, destacando-se o aumento registado na resposta social de lares (+13,11%), bem como evoluções positivas nas valências de apoio domiciliário, centro de dia e residências para pessoas idosas.

Os serviços secundários registaram igualmente uma evolução favorável, com um aumento de 15,18%, impulsionado principalmente pelos serviços na área da saúde e bem-estar.

Relativamente às comparticipações do Instituto da Segurança Social, verificou-se um aumento para 3.065.143,36€, face a 2.604.815,70€ em 2024, refletindo reforços nas valências de creche, jardim de infância, lares, centro de dia e apoio domiciliário, bem como o impacto de medidas específicas de financiamento.

Globalmente, os resultados evidenciam um crescimento da atividade institucional, sustentado sobretudo pelo aumento das comparticipações públicas e pela evolução positiva de algumas respostas sociais.



No exercício de 2025, os subsídios e participações associados às respostas de Invalidez e Reabilitação apresentaram evoluções diferenciadas, refletindo alterações na estrutura de financiamento e na tipologia de despesas participadas.

Subsídios	2025	2024	Variação Valor 2024/2025	VARIAÇÃO % 2024/2025
ISS - Invalidez e Reabilitação	327 812,96 €	369 567,48 €	-41 755 €	-11,30%
ULDM - Apoio Social	203 012,17 €	242 932,74 €	-39 921 €	-16,43%
UMDR - Apoio Social	112 820,27 €	113 166,00 €	-346 €	-0,31%
ULDM - Fraldas	11 980,52 €	13 468,74 €	-1 488 €	-11,05%
ARS - Invalidez e Reabilitação	2 025 905,64 €	2 031 833,35 €	-5 928 €	-0,29%
ULDM - Diárias de Internamento	338 792,78 €	266 711,94 €	72 081 €	27,03%
ULDM - Medicamentos, Pensos e Apósitos	0,00 €	107 497,02 €	-107 497 €	-100,00%
UMDR - Diárias de Internamento	825 225,64 €	697 701,48 €	127 524 €	18,28%
UMDR - Medicamentos, Pensos e Apósitos	0,00 €	126 117,24 €	-126 117 €	-100,00%
UC - Diária de Internamento	861 887,22 €	729 308,00 €	132 579 €	18,18%
UC - Medicamentos, Pensos e Apósitos	0,00 €	104 497,67 €	-104 498 €	-100,00%

As participações do Instituto da Segurança Social (ISS), no que se refere à UCCI, totalizaram 327.812,96 euros, registando uma diminuição de 11,30% face a 2024. Esta redução resultou sobretudo da diminuição do apoio social associado à Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM), que apresentou uma variação negativa de 16,43%, bem como da redução nas participações para fraldas. A Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR) manteve valores globalmente estáveis.

Relativamente às participações da Administração Regional de Saúde (ARS), o montante global atingiu 2.025.905,64€, evidenciando uma ligeira redução de 0,29% face ao exercício anterior. No entanto, verificou-se um aumento significativo nas diárias de internamento, designadamente na ULDM (+27,03%), na UMDR (+18,28%) e na Unidade de Convalescença (UC) (+18,18%).

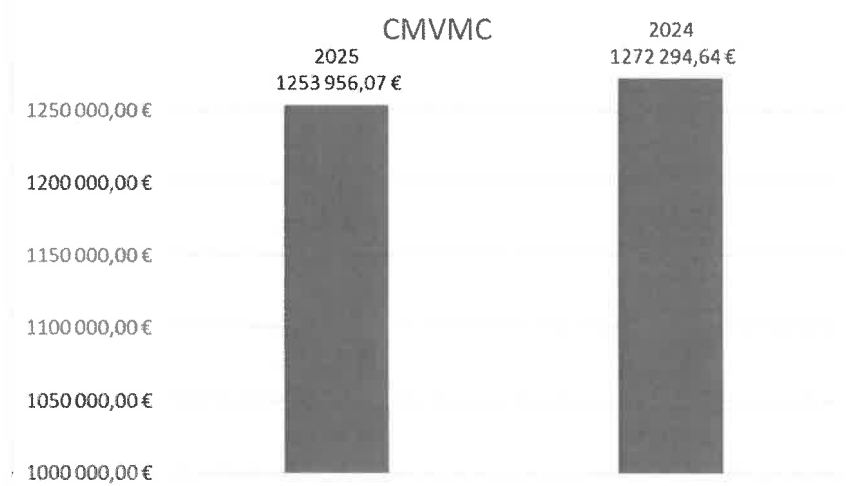
Em sentido inverso, importa referir que, em 2025, não foram registados valores relativos a medicamentos, pensos e apósitos, rubrica que em 2024 representava um montante relevante nas diferentes unidades. Esta alteração decorre de ajustamentos no modelo de financiamento e registo contabilístico destas despesas.

Globalmente, a evolução dos subsídios evidencia uma maior concentração do financiamento nas diárias de internamento, mantendo-se relativamente estável o volume global de participações associadas às unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.



Detalhe variação gastos 2025-2024

Custo da Mercadoria Vendida e Matérias Consumidas



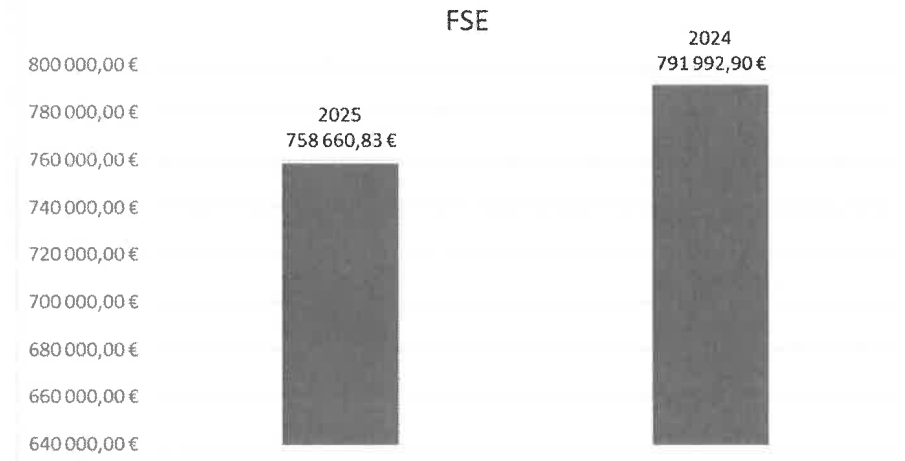
No exercício de 2025, o Custo das Mercadorias Consumidas (CMC) totalizou 1.253.956,07€, registando uma ligeira redução de 1,44% face a 2024, que apresentou um CMC de 1.272.294,64€.

Custo das Mercadorias Consumidas	2025	2024	Variação Valor 2024/2025	VARIAÇÃO % 2024/2025
Custo das mercadorias consumidas	1 253 956,07 €	1 272 294,64 €	-18 338,57 €	-1,44%
Generos Alimentares	660 325,09 €	645 925,98 €	14 399,11 €	2,23%
Produtos Limpeza	49 800,52 €	56 812,82 €	-7 012,30 €	-12,34%
Fraldas e Acamados	139 208,36 €	128 502,03 €	10 706,33 €	8,33%
Material Clinico	90 144,79 €	102 351,00 €	-12 206,21 €	-11,93%
Higiene	124 400,50 €	136 745,11 €	-12 344,61 €	-9,03%
Espressante/Alimentação Técnica	34 354,84 €	35 209,01 €	-854,17 €	-2,43%
Materiais de Limpeza	22 061,29 €	15 974,39 €	6 086,90 €	38,10%
Produtos de Lavandaria	37 920,70 €	39 843,35 €	-1 922,65 €	-4,83%
Outros	95 739,98 €	110 930,95 €	-15 190,97 €	-13,69%

A análise por rubrica evidencia evoluções diferenciadas: os géneros alimentares (+2,23%) e fraldas e acamados (+8,33%) registaram aumentos, refletindo o acréscimo de utentes e das necessidades assistenciais, enquanto que os produtos de limpeza (-12,34%), material clínico (-11,93%), higiene (-9,03%) e outros (-13,69%) apresentaram reduções, resultado de otimização de consumo e renegociação de fornecimentos.

Em síntese, o CMC manteve-se estável, com variações pontuais de rubricas específicas, refletindo uma gestão controlada de recursos e consumo eficiente, sem impacto negativo na prestação de serviços e cuidados aos utentes.

Fornecimentos e Serviços Externos



No exercício de 2025, os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) totalizaram 758.660,83€, representando uma redução de 4,21% face ao valor de 2024 (791.992,90€).

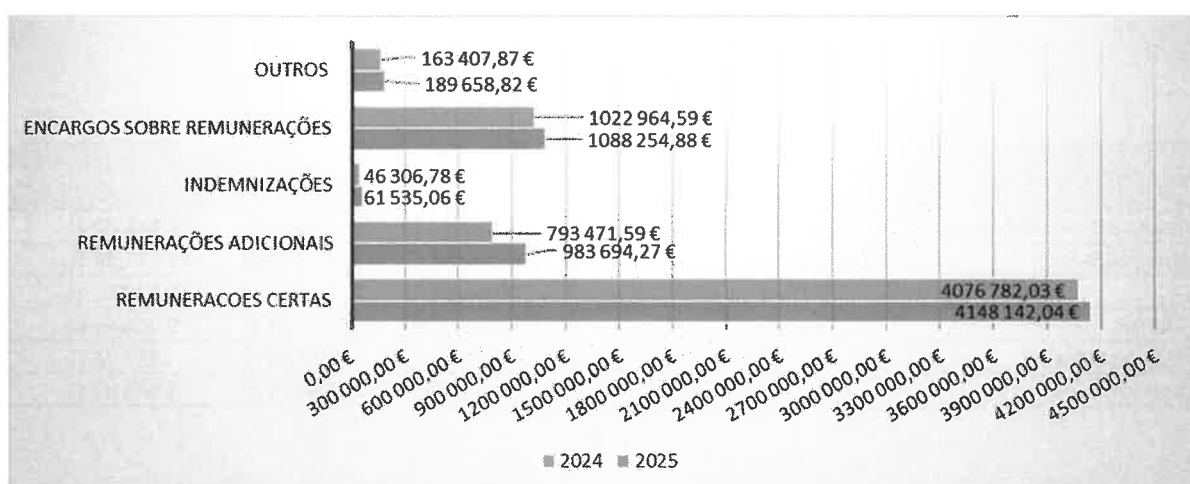
Fornecimentos e Serviços Externos	2025	2024	Varição Valor 2024/2025	VARIAÇÃO % 2024/2025
Fornecimentos e Serviços Externos	758 660,83 €	791 992,90 €	-33 332,07 €	-4,21%
Serviços especializados	351 160,52 €	362 536,18 €	-11 375,66 €	-3,14%
Materiais	37 354,32 €	47 434,33 €	-10 080,01 €	-21,25%
Energia e Fluidos	284 491,50 €	293 705,93 €	-9 214,43 €	-3,14%
Deslocações e estadas	529,05 €	311,29 €	217,76 €	69,95%
Serviços diversos	84 137,44 €	85 680,77 €	-1 543,33 €	-1,80%

A análise por rubrica evidencia que a diminuição se concentrou principalmente em materiais (-21,25%), serviços especializados (-3,14%) e energia e fluídos (-3,14%), refletindo uma gestão mais eficiente e otimização de contratos. As rubricas de deslocações e estadas (+69,95%) registaram aumento pontual, enquanto os serviços diversos apresentaram ligeira redução (-1,80%).

Em síntese, os FSE apresentam uma tendência de controlo e racionalização de despesas, mantendo a qualidade e continuidade dos serviços prestados aos utentes.



No exercício de 2025, os Gastos com Pessoal totalizaram 6.471.285,07€, registando um acréscimo de 6,04% face a 2024 (6.102.932,86€).



A análise detalhada evidencia que as remunerações certas aumentaram 1,75%, enquanto as remunerações adicionais registaram um acréscimo significativo de 23,97%, refletindo progressões salariais, prémios de desempenho ou ajustes específicos de função. As indemnizações e outros encargos também apresentaram variações positivas, de 32,89% e 16,06%, respetivamente. Na rubrica “Outros” incluem-se despesas como subsídio de alimentação, horas extraordinárias, subsídios de coordenação, bolsas de estágio, isenção de horário de trabalho, pagamento de feriados e trabalho em dias de folga.

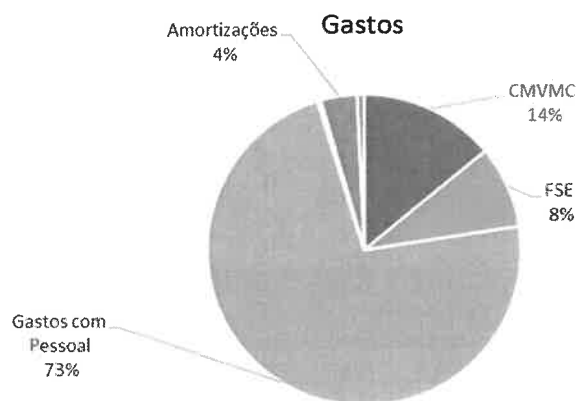
Os encargos sobre remunerações aumentaram 6,38%, em linha com a evolução das remunerações e contribuições obrigatórias.

Em síntese, o crescimento dos gastos com pessoal reflete ajustes remuneratórios, mantendo a capacidade de prestação de serviços e cuidados de forma sustentável.

Análise de 2025



Os rendimentos totais em 2025 ascenderam a 9.388.386,10€, sendo maioritariamente provenientes da rubrica de vendas e serviços prestados, que representa a principal fonte de receita da entidade. Os subsídios, doações e legados à exploração assumem igualmente um peso relevante na estrutura de rendimentos, refletindo o apoio ao desenvolvimento da atividade. Por sua vez, a rubrica de outros rendimentos e ganhos, embora com menor expressão, contribui de forma complementar para o total apurado. Globalmente, a estrutura evidencia uma forte dependência da atividade operacional, complementada por fontes de financiamento adicionais.



Os gastos totais em 2025 ascenderam a 8.906.418,83€, sendo a rubrica de gastos com o pessoal a mais significativa, representando a maior parcela da estrutura de custos da entidade. Este peso reflete a natureza intensiva em recursos humanos da atividade desenvolvida.

Os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas assumem igualmente relevância, evidenciando o nível de consumo associado à operação. Por sua vez, os fornecimentos e serviços externos representam uma componente importante, traduzindo os encargos com serviços especializados e outros gastos necessários ao funcionamento corrente.



As depreciações e amortizações refletem o reconhecimento do desgaste e utilização dos ativos ao longo do tempo, enquanto os juros e gastos similares evidenciam os encargos financeiros suportados. A rubrica de outros gastos e perdas apresenta um valor residual no conjunto dos gastos.

Globalmente, a estrutura de custos evidencia uma forte concentração nos gastos com o pessoal, complementada por custos operacionais e encargos associados à manutenção da atividade.

Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais

31 dezembro 2024

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2024											
(Euros)											
Descrição	Nota	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores de entidade não								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundo	Excedente Monob	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorizações	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6	195 082,58	0,00	0,00	3 799 236,75	0,00	2 715 130,20	-318 864,23	6 390 585,30	0,00	6 390 585,30
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	0,00	0,00	0,00	-318 864,23	0,00	1 036 006,23	318 864,23	1 036 006,23	0,00	1 036 006,23
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							98 440,33	98 440,33	0,00	98 440,33
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							417 304,56	1 134 446,56	0,00	1 134 446,56
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO NO FIM DO PERÍODO 2024	6+7+8+10	195 082,58	0,00	0,00	3 480 372,52	0,00	3 751 136,43	98 440,33	7 525 031,86	0,00	7 525 031,86

31 dezembro 2025

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 31 DEZEMBRO DE 2025											
(Euros)											
Descrição	Nota	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores de entidade não								Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundo	Excedente Monob	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorizações	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6	195 082,58	0,00	0,00	3 480 372,52	0,00	3 751 136,43	98 440,33	7 525 031,86	0,00	7 525 031,86
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	0,00	0,00	0,00	98 440,33	0,00	566 949,67	-98 440,33	566 949,67	0,00	566 949,67
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							464 500,72	464 500,72	0,00	464 500,72
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							366 080,39	1 031 450,39	0,00	1 031 450,39
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO NO FIM DO PERÍODO 2025	6+7+8+10	195 082,58	0,00	0,00	3 578 812,85	0,00	4 318 086,10	464 500,72	8 556 482,25	0,00	8 556 482,25

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RÚBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		3 945 835,70 €	3 306 883,46 €
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-3 215 073,22 €	-3 979 404,87 €
Pagamentos ao pessoal		-5 690 808,52 €	-5 886 611,04 €
Caixa gerada pelas operações		-4 960 046,04 €	-6 559 132,45 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		6 261 640,14 €	8 234 630,84 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1 301 594,10 €	1 675 498,39 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 335 901,65 €	-2 319 136,71 €
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		38 206,34 €	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-2 297 695,31 €	-2 319 136,71 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		813 000,00 €	950 000,00 €
Realização de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamentos			
financiamentos			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-136 573,40 €	-138 888,75 €
Juros e gastos similares		-60 349,20 €	-39 860,93 €
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
juros			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		616 077,40 €	771 250,32 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-380 023,81 €	127 612,00 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		465 649,15 €	338 037,15 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		85 625,34 €	465 649,15 €



4 – Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 dezembro 2025

1. Identificação da entidade:

Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém
Rua Ramos da Costa, n.º 36, 7540-205 Santiago do Cacém
NIPC: 501111867

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º36-A/2011 de 9 de Março que aprovou o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), e de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) publicada no Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho. As referidas Demonstrações Financeira foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

2.2. Derrogação das disposições no ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

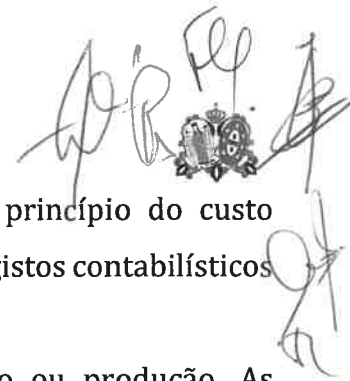
2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras apresentadas são comparáveis com os do exercício anterior.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

a) Bases de Mensuração



As demonstrações financeiras anexas foram preparadas, de acordo com o princípio do custo histórico, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade de acordo com a NCRF-ESNL.

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes.

As taxas de amortização utilizadas correspondem às aceites fiscalmente quando estas sejam consideradas de acordo com a esperança de vida útil dos bens.

b) Outras Políticas Contabilísticas

No exercício mantiveram-se os critérios contabilísticos prosseguidos em períodos anteriores.

A contabilização do rédito das participações mensais do Estado, nos Acordos de Cooperação, é considerada prestação de serviços (em vez de subsídio) sempre que determinada resposta social estiver dependente da variação na frequência dos utentes, seguindo um parecer da CNC de 31 de outubro de 2023.

c) Principais Pressupostos relativos ao Futuro

Existe a expectativa de no futuro a Entidade prosseguir a continuidade das operações.

d) Principais Fontes de Incerteza das Estimativas

A principal fonte de incerteza das estimativas, reside na evolução do ambiente económico em que a Entidade se insere.

e) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira, são mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.



Os custos de transação só são incluídos na mensuração inicial do ativo financeiro ou passivo financeiro, desde que este seja mensurado ao custo menos perda por imparidade.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram.

Um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) é desreconhecido apenas quando este se extingue, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Imparidades

Em cada data de relato, é avaliada a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros que sejam individualmente significativos, são avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Outros ativos financeiros são avaliados quanto a imparidade, seja individualmente, seja agrupado com base em similares características de risco de crédito.

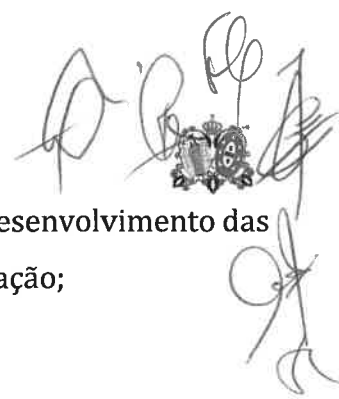
O montante de perda por imparidade deverá ser mensurado pela diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um ativo financeiro semelhante.

Quando num período subsequente, a quantia de perda por imparidade diminuir é revertida a imparidade anteriormente reconhecida. Da reversão não poderá resultar uma quantia escriturada do ativo financeiro que exceda aquilo que seria o custo do referido ativo, caso a perda por imparidade não tivesse sido anteriormente reconhecida. A quantia da reversão é reconhecida na demonstração de resultados.

f) Provisões

As provisões só são reconhecidas quando cumulativamente:

a) Exista uma obrigação presente, leal ou construtiva, como resultado de um acontecimento passado;



- b) Seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem contributo para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade, será necessário para liquidar a obrigação;
- c) Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Um passivo é qualificado para reconhecimento quando existir não somente uma obrigação presente, mas também a probabilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade para liquidar essa obrigação. Um exfluxo de recursos ou outro acontecimento é considerado como provável se o acontecimento for mais provável do que não ocorrer, isto é, se a probabilidade de que o acontecimento ocorrerá for maior do que a probabilidade de isso não acontecer. Quando não for provável que exista uma obrigação presente, é divulgado um passivo contingente, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade seja remota.

Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos. Um passivo contingente é divulgado, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos. Um ativo contingente é divulgado quando for provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade sem, contudo, dar indicação enganosa da probabilidade de surgirem rendimentos. Porém, quando a realização de rendimentos esteja virtualmente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é apropriado.

Mensuração

A quantia reconhecida como uma provisão será a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material, a quantia de uma provisão será o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.



Os acontecimentos futuros que possam afetar a quantia necessária para liquidar uma obrigação serão refletidos na quantia de uma provisão quando houver evidência objetiva suficiente de que eles ocorrerão.

Na demonstração dos resultados, o gasto relacionado com uma provisão será apresentado líquido da quantia reconhecida do reembolso que lhe esteja associado.

As provisões são revistas à data de cada balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que será necessário um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade para liquidar a obrigação, a provisão será revertida.

g) Rédito

O rédito será mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos pela entidade.

Vendas

O rédito proveniente da venda de bens será reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

Tenha sido transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;

A entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;

A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;

Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras de entidade e associados com a transação fluam para a entidade;

Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Prestações de Serviços

Quando o desfecho de uma transação que envolva a prestação de serviços possa ser fiavelmente estimado, o rédito associado com a transação será reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

A contabilização do rédito das participações mensais do Estado, nos acordos de cooperação, passou a ser considerada prestação de serviços (em vez de subsídio) sempre que determinada resposta social estiver dependente da variação da frequência dos utentes, seguindo um parecer da CNC de 31 de outubro de 2023.

Juros

O rédito proveniente de juros será reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade associados com a transação fluam para a entidade;

A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito dos juros será reconhecido utilizando o regime do acréscimo;

h) Subsídio e apoios

Os subsídios apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

A maneira pela qual um subsídio é recebido não afeta o método contabilístico a ser adotado com respeito ao subsídio. Por conseguinte, um subsídio é contabilizado da mesma maneira quer ele seja recebido em dinheiro quer como redução de um passivo.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subseqüentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as



condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Um subsídio não reembolsável pode tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Entidade. Nestas circunstâncias será avaliado o justo valor do ativo não monetário e contabilizado quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão de registrar por uma quantia nominal.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, são apresentados no balanço como componente do Fundo Patrimonial, e imputados como rendimentos na proporção das depreciações/amortizações efetuadas em cada período.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado período imputam-se como rendimentos desse período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Nos apoios (apoios que não tem valor atribuído, os conselhos técnicos e comercialização gratuitos, a concessão de garantias, os empréstimos sem juros ou a baixas taxas de juro ou a disponibilização, sem gastos associados para o beneficiário, de instalações, equipamentos ou outros) quando relevante será feita a divulgação da natureza, extensão e duração do apoio por forma a que as demonstrações financeiras não sejam enganosas.

i) Benefícios dos empregados

É reconhecido:

- a) Um passivo quando um empregado tiver prestado serviços em troca de benefícios a pagar no futuro;
- b) Um gasto quando a entidade consumir o benefício económico proveniente do serviço proporcionado por um empregado em troca desses benefícios

Os benefícios de cessação de emprego não proporcionam a uma entidade, futuros contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade e são reconhecidos como um gasto imediatamente.

j) Acontecimentos após a data do balanço

São considerados acontecimentos após a data do balanço aqueles acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, que ocorram entre a data do balanço e a data em que as demonstrações financeiras forem autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão.

São ajustadas as quantias reconhecidas nas suas demonstrações financeiras para refletir os acontecimentos após a data do balanço que dão lugar a ajustamentos.

4. Alterações nas Estimativas Contabilísticas

As alterações de estimativas não são materialmente relevantes no período nem em períodos futuros.

5. Ativos Fixos Tangíveis (AFT)

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento			Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
			Básico	Transporte	Administrativo				
Quantia bruta escriturada inicial	830 699,19	10 310 990,44	2 273 437,27	452 843,33	248 035,36	327 491,49	2 431 644,23		16 875 141,31
Depreciações acumuladas iniciais		4 835 520,56	2 054 185,12	400 143,32	243 110,80	327 491,49			7 860 451,29
Quantia líquida escriturada inicial	830 699,19	5 475 469,88	219 252,15	52 700,01	4 924,56	0,00	2 431 644,23	0,00	9 014 690,02
Adições									0,00
Adições em 1ª mão	0,00	102 777,24	42 350,67	18 150,00	18 624,22	0,00	2 153 999,52		2 335 901,65
Outras									0,00
Total de adições	0,00	102 777,24	42 350,67	18 150,00	18 624,22	0,00	2 153 999,52	0,00	2 335 901,65
Diminuições									0,00
Depreciações		222 810,16	72 051,34	27 275,04	11 624,64				333 761,18
Perdas por imparidade									0,00
Alienações	10 924,64	2 774,00		1 650,00					15 348,64
Abates									0,00
Total das diminuições	10 924,64	225 584,16	72 051,34	28 925,04	11 624,64	0,00	0,00	0,00	349 109,82
Transferências									0,00
Quantia líquida escriturada final	819 774,55	5 352 662,96	189 551,48	41 924,97	11 924,14	0,00	4 585 643,75	0,00	11 001 481,85
ATF dados como garantia de passivos ou de titularidade restringida									0,00

Os ativos fixos tangíveis estão registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Entidade espera incorrer. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes. As taxas de amortização utilizadas correspondem às aceites fiscalmente quando estas sejam consideradas de acordo com a esperança de vida útil dos bens.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado sem grande relevo são consideradas como custos do ano em que ocorrem.



Em 2025 terminaram obras da Unidade de Convalescença Conde Bracial, do Serviço de Apoio Domiciliário, da Creche e Jardim de Infância O Ninho e da Creche e Jardim de Infância O Montinho.

Mantiveram-se em curso os seguintes investimentos:

Residências do Pinhal II – Santo André: 4.435.182,05€

Ampliação Residências do Pinhal: 50.482,65€

Loteamento Municipal do Montinho: 27.121,50€

Habitação Colaborativa: 19.082,84€

Nova Creche Santo André: 28.290,00€

Casa do Povo: 25.484,71€

6. Financiamentos

No corrente exercício não se incorreu em custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações e que tenham sido capitalizados.

Mapa de empréstimos em curso			
Banco	Valor em dívida em 31/12/2025	valor a liquidar até um ano	valor a liquidar a mais que um ano
Crédito Santander	66 667,39	66 667,39	0,00
Crédito CCAM - Caucionada	320 000,00	320 000,00	0,00
Crédito CCAM	61 110,97	61 110,97	0,00
CCAM 56079852320	1 112 950,00	0,00	1 112 950,00
Montepio 043-36.100671-1	224 537,17	27 985,44	196 551,73
	1 785 265,53	475 763,80	1 309 501,73

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Mercadorias	Total
Inventários Iniciais	50 551,25 €	50 551,25 €
Compras	1 251 239,25 €	1 251 239,25 €
Reclassificações	- €	- €
Inventários Finais	47 834,43 €	47 834,43 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 253 956,07 €	1 253 956,07 €

7.1. Divulgação sobre Inventários:

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

8. Rédito

Réditos reconhecidos durante o período	Valor	%
Vendas de bens	127 895,00 €	1%
Subsídios, doações e legados à exploração	2 780 222,08 €	31%
Prestações de serviços	6 064 548,47 €	68%
Juros	1 137,58 €	0%
Royalties		
Dividendos		
Total	8 973 803,13	100%

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não existem no final do exercício quaisquer ativos ou passivos contingentes.



10. Subsídios e apoios do Governo

	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2 780 222,08 €	2 571 402,64 €
Subsídios de outras entidades		
Total	2 780 222,08 €	2 571 402,64 €

11. Impostos sobre o rendimento

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém encontra-se isenta de IRC nos termos do nº 1 do art.º 10 do CIRC.

Adicionalmente, por despacho de 6/03/1991 também se encontra isenta de IRC para os rendimentos das categorias C, E, F e G.

12. Gastos com Pessoal

Descrição	2025	2024
Remuneração dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	5 131 836,31	4 870 253,62
Indemnizações	61 535,06	46 306,78
Encargos sobre as remunerações	1 088 254,88	1 022 964,59
Seguro de acidentes de trabalho	159 330,04	145 630,84
Outros Gastos	30 328,78	17 777,03
Total	6 471 285,07	6 102 932,86

13. Créditos a receber

Descrição	2025	2024
Clientes e utentes	497 977,98 €	462 965,77 €
Fornecedores	2 551,57 €	1 567,50 €
Outros devedores	485 503,95 €	405 387,98 €
Subtotal	986 033,50 €	869 921,25 €
Perdas por imparidade	-159 835,65 €	-139 631,52 €
Total	826 197,85 €	730 289,73 €

Handwritten signatures and stamps in the top right corner.

14. Outros passivos correntes

	2025	2024
Credores por acréscimo de gastos	767 629,09	775 953,36
Outros credores	428 062,60	274 362,03
Total	1 195 691,69	1 050 315,39

15. Acontecimentos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Após o encerramento do período, e até à data de elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificação a situação relevada nas contas.

16. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem dívidas em mora com a Segurança Social e as Finanças.

A Mesa Administrativa

Handwritten signature and stamp of the Administrative Board.



5 – Fatores Condicionantes dos Resultados e da Estrutura Económica e Financeira a 31/12/2025

As demonstrações financeiras indicam um acréscimo de 6,5% no total das prestações de serviços e de 8% nos Subsídios.

A Mesa Administrativa prosseguiu a sua política de melhoria contínua da qualidade de vida dos utentes institucionalizados.

O combate à degradação do património da Santa Casa foi uma das preocupações da Mesa Administrativa que promoveu alguns trabalhos de conservação e manutenção de equipamentos e edifícios.

Os Fundos Patrimoniais atingiram, no final do ano 2025, 8.556.482,25€.

O financiamento bancário aumentou cerca de 314.000€ face ao período anterior fruto da necessidade de financiar as obras em curso. A situação de dependência de capitais externos, com especial incidência na banca, resulta de uma política de expansão da atividade e da abertura de novas respostas sociais que veio a ser seguida ao longo dos últimos anos.

O ativo não corrente atingiu o valor de 11.051.078,68€.

A estrutura de gastos da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém continua a ser fortemente condicionada com os “Gastos com o Pessoal” que representam 72% do total dos gastos.

Do lado dos rendimentos, a predominância vai para as prestações de serviço que totalizam 66% do total de rendimento.

O resultado líquido do exercício é de 464.500,72€ o que representa uma melhoria em relação ao exercício anterior, que tinha sido 98.440,33€. A melhoria do resultado é explicada com o aumento dos subsídios, já mencionado, bem como pela redução dos custos com consumos.

A atividade da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém continua estruturalmente deficitária e depende da comparticipação subsidiária.

A Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária.

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém vai continuar a dispensar grande atenção à evolução do nível de mensalidades e desenvolver todos os esforços possíveis para a negociação de ajustamentos nas comparticipações da Segurança Social, bem como na fixação de novos valores praticados na Rede Nacional de Cuidados Continuados.

À data da emissão deste relatório não são conhecidos eventos suscetíveis de divulgação.



Proposta de aplicação de Resultados

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém propõe que o resultado líquido positivo do período de 2025, no montante de 464.500,72€ seja inscrito na rubrica “Resultados Transitados”.

A Mesa Administrativa



6 – Resultados por Valência/Centro de Custo

	2025	2024	Variações 2024/2025		Orçamento 2025	Desvio face ao Orçamento	
Administração	225 275 €	125 916 €	99 359 €	44%	114 732 €	110 543 €	96%
ERPI Santa Maria	161 578 €	- 50 726 €	212 304 €	131%	- 20 645 €	182 223 €	-883%
Apoio Domiciliário	120 562 €	- 2 175 €	122 737 €	102%	- 4 594 €	125 156 €	-2724%
Exp. Agrícola	48 787 €	181 376 €	-132 589 €	-272%	106 011 €	- 57 224 €	-54%
ERPI R.Pinhal	17 516 €	- 29 150 €	46 666 €	266%	28 754 €	- 11 238 €	-39%
UCCI São João Deus	-173 048 €	- 80 308 €	- 92 740 €	54%	- 83 679 €	- 89 369 €	107%
UCCI Conde Bracial	- 48 178 €	82 611 €	-130 789 €	271%	78 317 €	-126 495 €	-162%
C. JI. O Montinho	21 124 €	- 87 803 €	108 927 €	516%	- 72 297 €	93 421 €	-129%
C. JI. O Ninho	68 421 €	- 10 643 €	79 064 €	116%	- 30 621 €	99 042 €	-323%
CBEIST	22 463 €	- 30 658 €	53 121 €	236%	- 33 417 €	55 880 €	-167%
	464 500 €	98 440 €	366 060 €	79%	82 561 €	381 939 €	463%

Em 2025, a instituição apresenta um resultado global de 464.500 €, o que representa um aumento muito significativo de 366.060 € (+79%) face a 2024, ano em que o resultado foi de 98.440 €.

Comparativamente ao orçamento definido para 2025 (82.561 €), verifica-se um desvio positivo de 381.939 € (+463%), evidenciando um desempenho global claramente superior ao previsto.

Destacam-se várias valências com melhorias expressivas, em particular devido à recuperação de resultados negativos registados em 2024:

ERPI Santa Maria: evolução de um resultado negativo de -50.726 € para um resultado positivo de 161.578 €, correspondendo a uma melhoria de 212.304 €.

Creche e Jardim de Infância “O Montinho”: passagem de -87.803 € para 21.124 €, representando uma variação positiva de 108.927 €.

Creche e Jardim de Infância “O Ninho”: crescimento de -10.643 € para 68.421 €, traduzindo-se numa melhoria de 79.064 €.

CBEIST: recuperação de -30.658 € para 22.463 €, com uma melhoria de 53.121 €.

ERPI R. Pinhal: evolução de -29.150 € para 17.516 €, correspondente a uma melhoria de 46.666 €.

Estas variações refletem uma recuperação significativa da eficiência operacional e/ou um reforço das receitas nas respetivas valências.



Por outro lado, algumas áreas evidenciam evolução desfavorável ou mantêm resultados negativos:
Exploração Agrícola: redução acentuada de 181.376 € para 48.787 €, correspondendo a uma variação negativa de -132.589 €.

UCCI São João de Deus: agravamento do resultado negativo, atingindo -173.048 € em 2025.

UCCI Conde Bracial: redução acentuada de 82.611€ para -48.178 €, correspondendo a uma variação negativa de -130.789 €

A Mesa Administrativa



7 - CRETIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
PEDRO CORREIA PROENÇA
MÁNELA GUERRA OLIVEIRA
FREDERICO AMANTE PASQUILHA
MÓNICA SOFIA CUNHA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTIAGO DO CACÉM** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 12.057.482 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.556.482 euros, incluindo um resultado líquido de 464.501 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTIAGO DO CACÉM** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

1 de 3

Inscrita na OROC sob o n.º 23
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161381
Capital Social € 15000
N.º de Matrícula/NIPC: 501266259
Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

SEDE · HEAD OFFICE
Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75,
8.º piso, Fração B.02
1070-061 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197
www.orasroc.pt · E-mail: geral@orasroc.pt

DELEGAÇÃO CENTRO · CENTER BRANCH
Avenida 22 de Maio, n.º 24, Escritório 3
2415-396 Leiria, Portugal
T: +351 244 822 175

DELEGAÇÃO NORTE · NORTH BRANCH
Centro Empresarial Capitólio
Av. de França, 256, 6.º, Sala 6.4
4050-276 Porto, Portugal
T: +351 228 324 132



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 26 de março de 2026

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266,
Registado na CMVM sob o n.º 20160877



8 – PARECER DO CONSELHO FISCAL

Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém
Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém, no exercício das competências que são atribuídas pelas disposições legais e estatutárias, conforme o disposto nas alíneas a) e c) do número 1 do artigo 31º do Compromisso, vem pronunciar-se sobre a apreciação que efetuou ao Relatório de Atividades, Balanço e Contas referentes ao exercício de 2025.

Para além do acompanhamento, observação e fiscalização que foi efetuando, ao longo do ano de exercício, analisou este Conselho Fiscal os documentos (Relatório e Contas) apresentados pela Mesa Administrativa e, após verificados, concluiu que, quer o Relatório, quer as Contas, satisfazem os requisitos legais, traduzindo estas, fielmente, a situação económica e financeira da Instituição, e demonstrando a forma correta, prudente e realista, como a Mesa Administrativa pautou a sua conduta no ano do exercício.

Os documentos ora apresentados, permitem proceder à avaliação das atividades desenvolvidas e verificar que os documentos contabilísticos estão corretamente elaborados e que refletem a situação real da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém.

Deste modo, o Conselho Fiscal emite o seguinte Parecer:

Que se aprove o Relatório das atividades e as Contas de Gerência referentes ao exercício de 2025.

Santiago do Cacém, 23 de Março de 2026

Rui Afonso de Sousa Rodrigues da Silva, Presidente

Jorge Manuel Fernandes dos Santos Nunes Raposo
José da Fonseca Fernandes.

